



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Relatório Intercalar
2025

Índice

ENQUADRAMENTO	2
METODOLOGIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	3
APRECIACÕES.....	6

ENQUADRAMENTO

O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PGRIC) da Câmara Municipal de Matosinhos, elaborado em 2009, foi revisto e aprovado em Assembleia Municipal a 8 de junho de 2022. A revisão teve por base as recomendações do Conselho de Prevenção de Corrupção, o disposto no Decreto-Lei n.º 109-E de 2021 e ainda as alterações estruturais e conjunturais, nomeadamente o reforço de competências da Câmara Municipal em diversos domínios da sociedade.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, as entidades devem proceder à elaboração de dois relatórios de avaliação de execução: um, intercalar, relativamente às situações identificadas de risco elevado e muito elevado; e outro, anual, contendo a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas, bem como a previsão da sua plena implementação.

A elaboração e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos abrange não só os riscos de corrupção e infrações conexas impostos pelo normativo legal, como também os riscos de gestão, por se considerar que a sua identificação e monitorização promove a disseminação das boas práticas de gestão e governação.

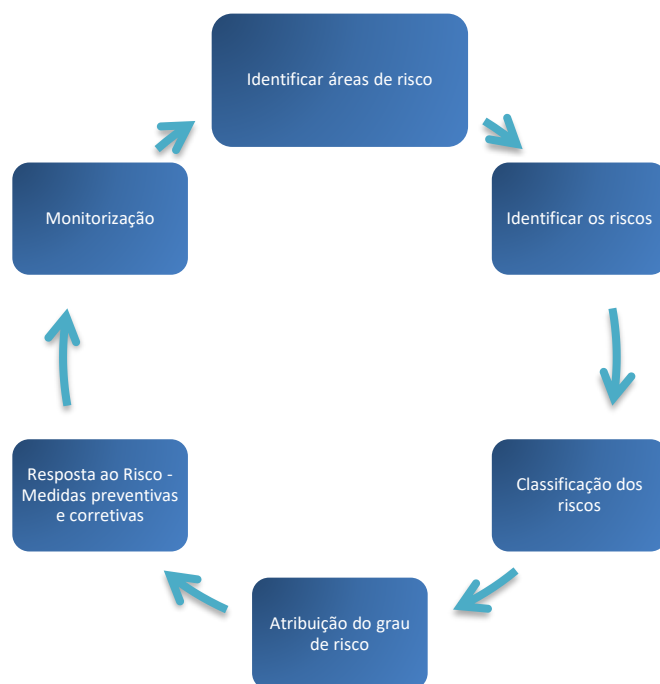
Assim, a Câmara Municipal de Matosinhos apresenta o relatório da avaliação intercalar, respeitante à execução das medidas de mitigação dos riscos identificados com classificação de “elevado” e “muito elevado”, à data de 30 de junho do corrente ano, elaborado com base na monitorização e relato dos gestores de risco de cada unidade orgânica, e tendo por base o relatório anual elaborado em abril de 2025 que reporta o estado de execução do plano a 31/12/2024, aprovado em reunião de Câmara de 23 de abril de 2025 e comunicado ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e entidades tutela, conforme disposto no nº 7 do artº 6º do RGPC.

METODOLOGIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

A CMM segue a Norma de Gestão de Riscos da FERMA (*Federation of European Risk Management Associations*).

Pretende-se que o PPR seja um instrumento do Sistema de Controlo Interno da autarquia de Matosinhos, suportado num modelo dinâmico de avaliação e gestão dos riscos de toda a organização, que permita garantir a coerência da abordagem na identificação, classificação, graduação, identificação das medidas de tratamento do risco, implementação, responsabilização, monitorização e reporte.

ETAPAS DE IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS



1ª etapa - Identificação dos riscos críticos por macroprocesso, processos e unidade orgânica

A fase de identificação e análise dos riscos envolveu a participação de todas as unidades orgânicas da CMM, apoiada e coordenada pelo GACGE.

Numa ótica de participação e responsabilização, toda a organização tomou conhecimento dos potenciais riscos a que está sujeita no exercício das suas funções e de que modo esses riscos podem afetar os objetivos e comprometer a boa imagem e reputação da CMM.

2ª etapa – Classificação segundo a natureza do risco

Nesta etapa foram classificados os riscos segundo as seguintes naturezas:

Risco de Gestão: Qualquer evento, situação ou circunstância que pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência dos processos, bem como a concretização dos objetivos da CMM.

Risco de Corrupção e Infrações Conexas: Prática de um qualquer ato, ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida para o próprio ou para terceiro. Incluem-se nesta natureza de risco, as infrações conexas que se revelam prejudiciais ao bom funcionamento das instituições, designadamente o tráfico de influência, o suborno, o peculato, a participação económica em negócio, a concussão, abuso de poder e a violação de segredo pelo/a funcionário/a, prevaricação que têm em comum o facto de permitirem a obtenção de uma vantagem ou compensações ilícitas.

3ª etapa – Classificação do risco segundo critérios de probabilidade e gravidade da consequência, tendo em consideração os mecanismos de controlo já existentes, nos termos da seguinte matriz:

Crítérios de Classificação	Baixa	Média	Alta
Probabilidade de Ocorrência (PO)	Possibilidade de ocorrer, mas com hipótese de o evitar com base nos mecanismos de controlo já existentes.	Possibilidade de ocorrer, mas com hipótese de o evitar se forem tomadas medidas preventivas adicionais.	Forte possibilidade de ocorrer. Requer medidas preventivas/corretivas adicionais às já existentes.
	Baixa	Média	Alta
Gravidade da Consequência (GC)	A ocorrência do risco pode traduzir-se na redução de eficiência do procedimento ou da função a que está associado, requerendo a revisão do próprio procedimento. Provoca dano interno, no plano processual da organização, mas sem potencial para afetar negativamente a credibilidade institucional.	A ocorrência do risco pode traduzir-se na redução de eficiência e eficácia do procedimento ou da função a que está associado. Requer a revisão dos procedimentos e dos correspondentes objetivos que lhe estão associados. Provoca dano interno, com implicações no plano processual	A ocorrência do risco pode traduzir-se numa redução de eficiência e eficácia do procedimento ou da função a que está associado e pode ser objeto de mediatização. Trata-se de um impacto com implicações internas no plano processual e com implicações externas, de mediatização da ocorrência, com impactos reputacionais sobre a credibilidade da entidade.

Matriz de risco resultante da conjugação das duas variáveis apresentadas – Probabilidade de Ocorrência e Gravidade da Consequência:

GC \ PO	Alta	Média	Baixa
Alta	Muito Elevado	Elevado	Médio
Média	Elevado	Médio	Baixo
Baixa	Médio	Baixo	Muito Baixo

4ª etapa - Resposta ao risco

Identificados e avaliados os riscos, segue-se a identificação das medidas preventivas ou de controlo, para reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos e/ou reduzir o seu impacto em caso de ocorrência.

A identificação das responsabilidades na implementação das medidas preventivas ou corretivas, e o prazo de execução, são requisitos essenciais para a eficácia e eficiência do plano de prevenção de riscos.

Os/As responsáveis pela gestão de risco devem promoverem o equilíbrio entre os custos de implementação das medidas e o benefício de mitigação e/ou eliminação dos riscos atendendo às suas repercussões diretas e indiretas, podendo o risco ser evitado, mitigado ou aceite.

5ª etapa – Monitorização, atualização do PPR e reporte

De acordo com o disposto no nº 4 do artigo 6º do RGPC, a execução do PPR deve ser objeto de controlo duas vezes por ano:

- Elaboração, no mês de outubro, de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;
- Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

É da responsabilidade dos/as dirigentes de cada unidade orgânica gerir os riscos inerentes às suas atividades, competindo-lhes monitorizar e avaliar a eficácia das medidas implementadas, rever a graduação de riscos, identificar as medidas não implementadas e apresentar novo cronograma de execução, se assim se justificar.

Os /As dirigentes elaboram o relatório intercalar e anual de execução do plano das suas unidades orgânicas e remetem-no ao GACGE.

É da responsabilidade do GACGE, analisar e verificar a coerência de abordagem das diversas unidades orgânicas e elaborar o relatório de execução intercalar e anual do PPRGIC da CMM.

Os relatórios de monitorização devem ser objeto de aprovação por parte do Responsável do Cumprimento Normativo da CMM.

6ª etapa -A provação, Divulgação e Publicitação

O PPR e relatórios de execução deverão ser submetidos à aprovação do Órgão Executivo da CMM e, no prazo máximo de 10 dias, deverá ser objeto de divulgação a todos/as os trabalhadores/as e demais colaboradores/as, através de correio eletrónico, e de publicitação no sítio oficial do Município de Matosinhos, na área da Transparência Municipal.

7ª etapa Comunicação

O responsável pelo cumprimento normativo comunica ao MENAC e à Inspeção Geral de Finanças o PPR e relatórios de Execução, no prazo de 10 dias contados desde a sua implementação.

APRECIÇÕES

O relatório intercalar do PRR, resulta da monitorização e avaliação efetuada pelos gestores de risco, devidamente validada pelos superiores hierárquicos.

Foram avaliados 15 riscos de grau elevado e muito elevado e as respetivas medidas de prevenção e ou correção 12 (doze), que identificadas no relatório anual de 2024, que reporta a situação à data de 31/12/2024.

A avaliação do grau de risco, resultante da combinação entre a probabilidade de ocorrência do risco e a gravidade da sua consequência, teve em consideração a implementação das medidas de mitigação, a avaliação da sua eficácia tendo em consideração fatores internos e externos e fatores que possam não ter sido ponderados nas anteriores análises, nomeadamente o histórico da sua ocorrência no espaço temporal de um (1) ano.

Os responsáveis apresentaram as justificações da não implementação ou implementação parcial das medidas tendo, sempre que possível, identificado novas medidas para mitigar a ocorrência do risco.

Da monitorização efetuada resulta o seguinte:

Implementação das medidas:

Das 12 medidas pendentes de implementação, uma (1) não foi implementada, sete (7) foram parcialmente implementadas e quatro (4) foram totalmente implementadas;

Evolução do grau de risco:

Nove (9) riscos não alteraram o grau de risco, atendendo à ineficácia das medidas ou à impossibilidade de a aferir;

Seis (6) riscos diminuíram o grau de risco, atendendo à eficácia na implementação das medidas identificadas ou a fatores conjunturais externos ou ainda à reavaliação do risco.

Identificação de novas medidas:

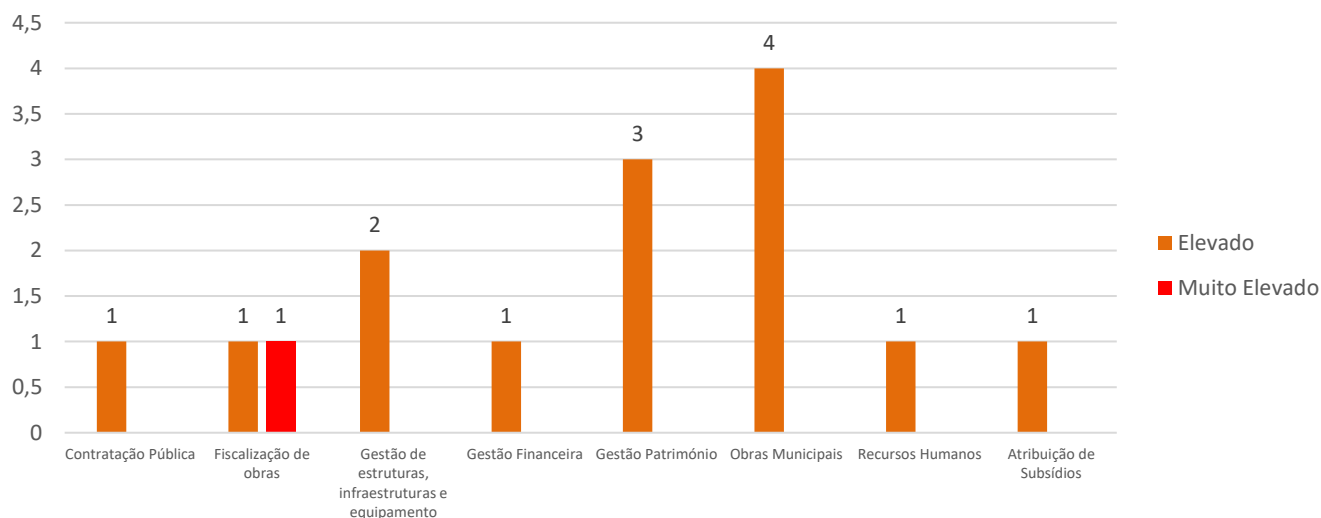
Foram identificadas pelos responsáveis duas (2) medidas adicionais de forma a mitigar a ocorrência dos riscos.

Quadro - Resumo da evolução do grau dos riscos identificados com indicação da avaliação de eficácia

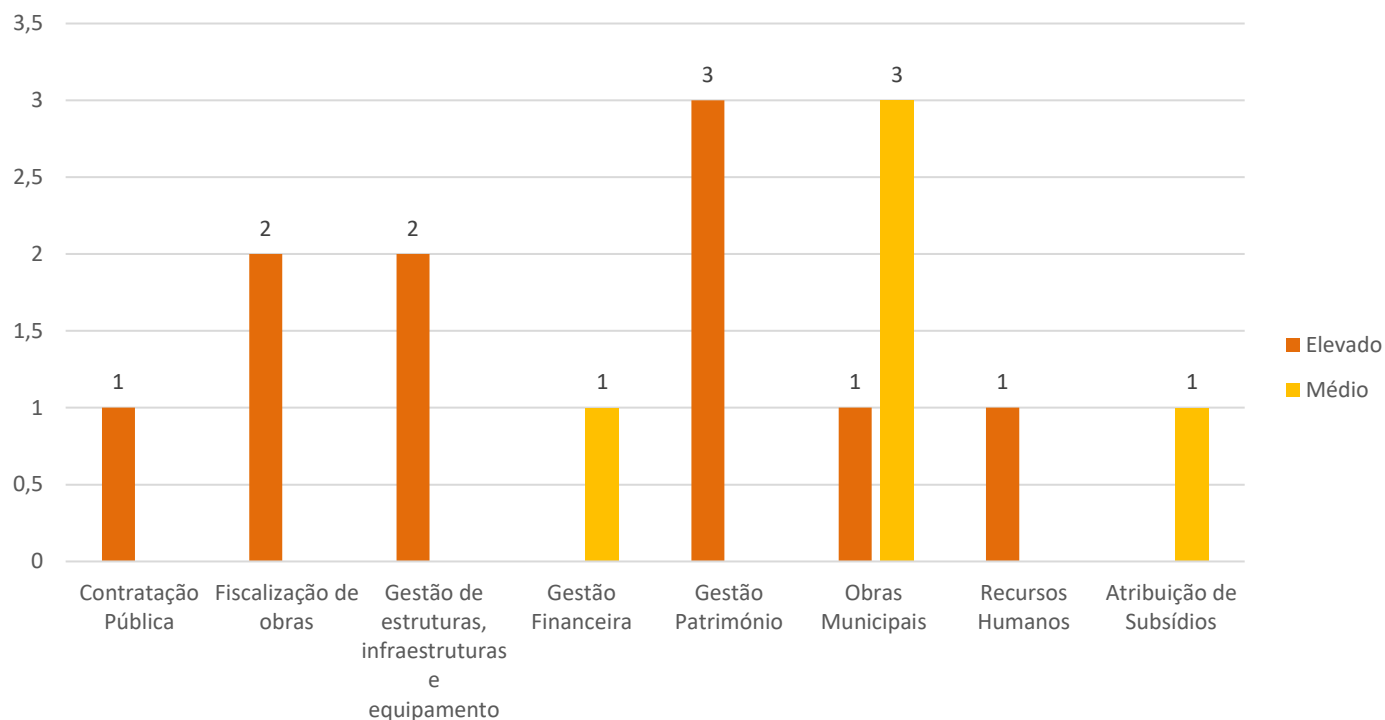
Relatório anual de 2024						Relatório Intercalar 2025					
Área/ Processo	Identificação dos riscos	PO	GC	GR	Medidas de tratamento do risco	Implementação	Avaliação da Eficácia	PO	GC	GR	Evolução
Execução de Contratos	Elevado volume de trabalhos complementares	Alta	Média	Elevado	Reforço das ações de sensibilização/formação	S	Medida adicional – auditorias internas ao processo	Alta	Média	Elevado	Manteve
Fiscalização de obras	Falha na fiscalização de empreitada- Trabalhos executados em desconformidade com o projeto	Alta	Alta	Muito Elevado	Constituir equipa de gestão de garantias de obra	P	Atendendo ao reforço de recursos humanos na área da fiscalização, foi possível baixar a probabilidade de ocorrência	Média	Alta	Elevado	Diminuiu
	Insuficiente acompanhamento das empreitadas pelo fiscal e pelo gestor dos contratos por falta de recursos humanos - DEM	Média	Alta	Elevado	Externalizar a fiscalização de obra	N	Não eficaz	Média	Alta	Elevado	Manteve
Gestão de Edifícios Municipais	Inexistência de planos preventivos adequados que aumentam o custo das intervensões reativas	Alta	Média	Elevado	Implementação dos planos de manutenção preventiva	P	A execução parcial da medida ainda não permite baixar o grau de risco nem avaliar a eficácia	Alta	Média	Elevado	Manteve
	Falha no cadastro de infraestruturas dos edifícios das Escolas (erros nas telas finais ou inexistência de telas finais nos edifícios antigos)	Alta	Média	Elevado	Elaboração do cadastro dos edifícios escolares	P	A execução parcial da medida ainda não permite baixar o grau de risco nem avaliar a eficácia A medida só está a ser implementada para os projetos novos	Alta	Média	Elevado	Manteve
Gestão Financeira	Risco de incoerência entre a Informação financeira na aplicação de contabilidade devido a falhas de interligação com as aplicações satélite	Média	Alta	Elevado	Hierarquizar prioridades; realização de sessões de trabalho alargadas, mas seccionadas, com os diversos intervenientes nos processos	S	Eficaz	Baixa	Alta	Médio	Diminuiu
Gestão Património	Abates e transferência de bens móveis sem conhecimento do Património e consequente inventariação	Alta	Média	Elevado			Identificada nova medida - Normalizar as tramitações do procedimento em articulação com o departamento de conservação. Ainda não é possível aferir a sua eficácia	Alta	Média	Elevado	Manteve
	Apropriação indevida de bens imóveis (terrenos) públicos	Média	Alta	Elevado	Criação de uma equipa técnica multidisciplinar com a responsabilidade de verificar se os terrenos de domínio público e privado se encontram ocupados abusivamente ou devassados e promover a sua vedação sempre que possível bem assim como a sua identificação	P	A execução parcial da medida ainda não permite baixar o grau de risco nem avaliar a eficácia	Média	Alta	Elevado	Manteve
	Apropriação indevida de bens móveis	Média	Alta	Elevado			Identificada nova medida - Realização de auditorias internas, que possibilitem a aferição da probabilidade de ocorrência do risco	Média	Alta	Elevado	Manteve
Relatório anual de 2024						Relatório Intercalar 2025					

Área/ Processo	Identificação dos riscos	PO	GC	GR	Medidas de tratamento do risco	Implementação	Avaliação da Eficácia	PO	GC	GR	Evolução
Obras Municipais	Coordenação ineficaz	Média	Alta	Elevado	Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados	S	Não eficaz devido à saída de Recursos Humanos	Média	Alta	Elevado	Manteve
	Inadequada previsão de tempos necessários para elaboração do projeto	Alta	Média	Elevado			Risco associado à conjuntura interna e externa, que estando mais estável possibilitou baixar o grau de risco	Média	Média	Médio	Diminuiu
	Inexistência ou deficiência no programa base que pode originar atrasos no desenvolvimento do projeto e alterações extemporâneas	Alta	Média	Elevado	Consolidar o cruzamento da informação com os vários intervenientes (utilizadores e administração)	S	Eficaz	Média	Média	Médio	Diminuiu
	Preço base inadequado	Alta	Média	Elevado			Risco associado à conjuntura interna e externa, que estando mais estável possibilitou baixar o grau de risco	Média	Média	Médio	Diminuiu
Recursos Humanos	Reduzida implementação das propostas corretivas dos TSST	Média	Alta	Elevado	1 - Elaboração do plano de implementação das medidas corretivas 2 - Afetação de recursos financeiros para implementação de medidas corretivas propostas pelos TSST	P	Medidas com implementação parcial que ainda não permitem aferir a sua eficácia e baixar o grau de risco	Média	Alta	Elevado	Manteve
Atribuição de Subsídios	Arbitrariedade na atribuição de apoios - Inexistência ou inadequação de referenciais que regulem a atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades	Média	Alta	Elevado	Revisão ou elaboração de regulamentos de atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades	P	Atendendo aos atuais referenciais que regulam os critérios de atribuição de apoios, foi revista a PO, baixando-se o grau de risco	Baixa	Alta	Médio	Diminuiu

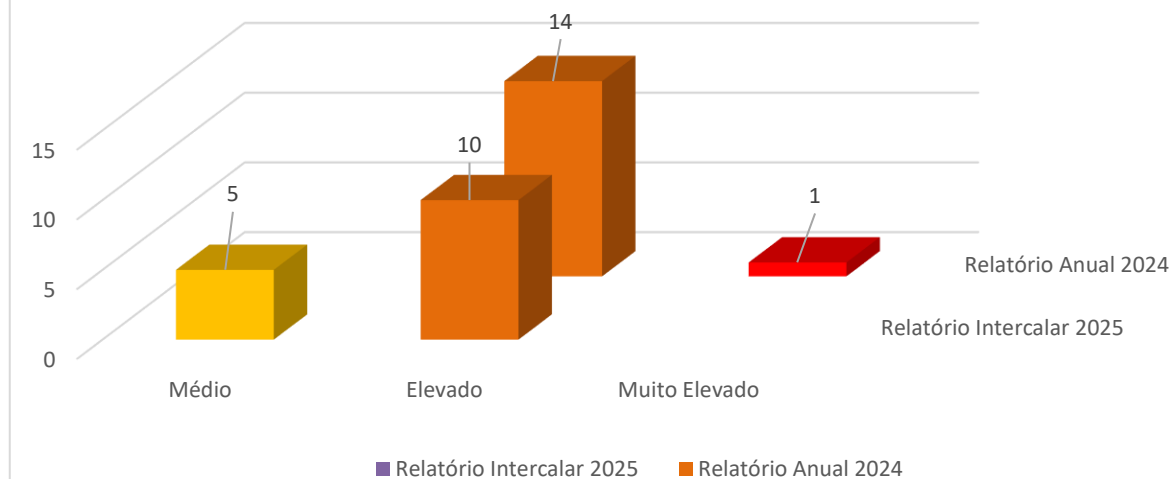
Graduação dos Riscos "Elevados" e "Muito Elevados" após monitorização à data de 31/12/2024



Graduação dos Riscos "Elevados" e "Muito Elevados" após monitorização intercalar à data de 30/6/2025



Evolução do Grau de Risco após Monitorização Intercalar



QUADRO REPRESENTATIVO DA EVOLUÇÃO DO GRAU DE RISCO FACE AO RELATÓRIO ANUAL COM REPORTE A 31/12/2024 POR ÁREA DE INTERVENÇÃO

ÁREAS	Anual 2024		Intercalar 2025	
	Elevado	Muito Elevado	Elevado	Médio
Contratação Pública	1		1	
Fiscalização de obras	1	1	2	
Gestão de estruturas, infraestruturas e equipamento	2		2	
Gestão Financeira	1			1
Gestão Património	3		3	
Obras Municipais	4		1	3
Recursos Humanos	1		1	
Atribuição de Subsídios	1			1
TOTAL	14	1	10	5

Anexo – Matriz dos riscos “Elevados” e “Muito Elevados”

Relatório anual 2024												Relatório intercalar 2025						
ÁREA	PROCESSO	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controlos Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	Implementação da medida (S/P/N)	Justificação/Observações	Avaliação da Eficácia	PO	GC	GR	Evolução	
Contratação Pública	Contratação Pública	Execução do contrato	Elevado volume de trabalhos complementares	Gestão	Realização de sessões de esclarecimento/sensibilização e formação na área da contratação pública para profissionais de contratação pública, potenciais gestores de contrato e interlocutores dos serviços requisitantes para esta área; Controlo dos trabalhos complementares na execução de empreitadas	Alta	Média	Elevado	Reforço das ações de sensibilização/formação	Departamento Financeiro/ Divisão de Contratação Pública/ Todas as Unidades Orgânicas	S		Medida adicional – auditorias internas ao processo	Alta	Média	Elevado	Manteve	
Fiscalização de obras	Fiscalização de obras	Fiscalização de obras	Falha na fiscalização de empreitada- Trabalhos executados em desconformidade com o projeto	Gestão		Alta	Alta	Muito Elevado	Constituir equipa de gestão de garantias de obra	Departamento de Conservação/ Divisão de Edifícios Municipais/ Administração	P	Parcialmente implementada atendendo à necessidade em reforçar competências técnicas ao nível da análise de projeto	Atendendo ao reforço de recursos humanos na área da fiscalização, foi possível baixar a probabilidade de ocorrência	Média	Alta	Elevado	Diminuiu	
Fiscalização de obras	Fiscalização de obras	Fiscalização de obras	Insuficiente acompanhamento das empreitadas pelo fiscal e pelo gestor dos contratos por falta de recursos humanos - DEM	Gestão		Média	Alta	Elevado	Externalizar a fiscalização de obra	Departamento de Conservação/ Divisão de Edifícios Municipais	N	Foi realizado procedimento de Acordo Quadro de Fiscalização de Obra, no entanto, o mesmo não foi concluído	Não eficaz	Média	Alta	Elevado	Manteve	
Gestão de estruturas, infraestruturas e equipamento	Gestão de Edifícios Municipais	Conservação e manutenção de edifícios municipais	Inexistência de planos preventivos adequados que aumentem o custo das intervenções reativas	Gestão	Elaboração planos de manutenção preventiva em algumas áreas	Alta	Média	Elevado	Implementação dos planos de manutenção preventiva	Departamento de Conservação/ Divisão de Edifícios Municipais	P	Foram realizados alguns contratos de manutenção preventiva em áreas críticas	A execução parcial da medida ainda não permite aferir a eficácia e baixar o grau de risco	Alta	Média	Elevado	Manteve	
Gestão de estruturas, infraestruturas e equipamento	Gestão de Edifícios Municipais	Conservação e manutenção de edifícios escolares	Falha no cadastro de infraestruturas dos edifícios das Escolas (erros nas telas finais ou inexistência de telas finais nos edifícios antigos)	Gestão	Solicitação das telas finais nos edifícios novos ao Departamento de Obras	Alta	Média	Elevado	Elaboração do cadastro dos edifícios escolares	Unidade de Gestão de Edifícios Escolares	P	Os novos projetos estão a ser solicitados com recurso a metodologia BIM	A execução parcial da medida ainda não permite aferir a eficácia e baixar o grau de risco	Alta	Média	Elevado	Manteve	
Gestão Financeira	Gestão dos Sistemas de informação	Gestão dos Sistemas de informação	Risco de incoerência entre a Informação financeira na aplicação de contabilidade devido a falhas de interligação com as aplicações satélite	Gestão	Realização de reconciliações bancárias e correção dos erros detetados Identificação das não conformidades e reporte de oportunidades de melhoria junto do DSI; Incluir sempre o departamento financeiro no desenvolvimento de um novo projeto que impacte com a informação financeira e ou registos contabilísticos a por forma a assegurar a realização de testes robustos, com os prazos adequados para que o processo seja fidelizado e devidamente integrado antes da entrada em produção	Média	Alta	Elevado	Hierarquizar prioridades; realização de sessões de trabalho alargadas, mas seccionadas, com os diversos intervenientes nos processos para: (i) identificação: das falhas internas do tratamento de informação e de possibilidades de correção; (ii) definição de um plano de trabalhos, com tarefas e responsabilidades partilhadas e timings definidos; (iii) identificação de necessidade de novos desenvolvimentos ou de qualquer intervenção (correção) por parte dos diversos fornecedores de software com assunção de compromisso das correções e melhorias a implementar	Divisão de Contabilidade	S	Medida de implementação recorrente - Reforço do acompanhamento por parte do Departamento de Sistemas de Informação, nomeadamente nas aplicações da EDUBOX e nas guias geradas no online desk	Eficaz	Baixa	Alta	Médio	Diminuiu	

Relatório anual 2024												Relatório intercalar 2025					
ÁREA	PROCESSO	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	Implementação da medida (S/P/N)	Justificação/Observações	Avaliação da Eficácia	PO	GC	GR	Evolução
Gestão Patrimônio	Gestão Patrimônio	Elaborar o cadastro e inventariação sistemática de todo o patrimônio municipal e assegurar a sua eficiente gestão	Abates e transferência de bens móveis sem conhecimento do Patrimônio e consequente inventariação	Gestão	Regulamento de cadastro e inventário; Reforço da divulgação dos procedimentos relativos à boa gestão dos ativos móveis e sua salvaguarda	Alta	Média	Elevado					Identificada nova medida - Normalizar as tramitações do procedimento em articulação com o departamento de conservação. Ainda não é possível aferir a sua eficácia	Alta	Média	Elevado	Manteve
Gestão Patrimônio	Gestão Patrimônio	Salvaguarda do Patrimônio Municipal	Apropriação indevida de bens imóveis (terrenos) públicos	Gestão	Comunicação dos limites dos terrenos/áreas sobrantas à Divisão de Gestão Patrimonial; Comunicação no final da obra à Divisão de Patrimônio	Média	Alta	Elevado	Criação de uma equipa técnica multidisciplinar com a responsabilidade de verificar se os terrenos de domínio público e privado se encontram ocupados abusivamente ou devassados e promover a sua vedação sempre que possível bem assim como a sua identificação	Divisão de Gestão Patrimonial	P	Está em curso, o levantamento in loco das situações existentes, no sentido de aferir a necessidade de vedação e os custos que lhe estão associados	A execução parcial da medida ainda não permite aferir a eficácia e baixar o grau de risco	Média	Alta	Elevado	Manteve
Gestão Patrimônio	Gestão Patrimônio	Salvaguarda do Patrimônio Municipal	Apropriação indevida de bens móveis	Gestão	Regulamento de Cadastro e Inventário; Emissão de circular e ações de sensibilização que reforcem a atenção dos dirigentes para a sua responsabilidade na salvaguarda dos bens que lhes estão afetos.	Média	Alta	Elevado					Identificada nova medida - Realização de auditorias internas, que possibilitem a aferição da probabilidade de ocorrência do risco	Média	Alta	Elevado	Manteve
Obras Municipais	Obras Municipais	Elaboração de projetos	Coordenação ineficaz	Gestão	Articulação mais eficaz entre Divisão de Projetos e Promoção de Obras (DPPO) e Divisão de Gestão de Obras (DGO) com a definição de regras de acompanhamento da obra: frequência de visitas, prazo de resposta; Equipa de revisão de projeto	Média	Alta	Elevado	Reforço de recursos humanos com conhecimentos adequados	Divisão de Gestão de Obras/Departamento de Recursos Humanos	S	Mobilidade de recursos humanos - saída	Não eficaz	Média	Alta	Elevado	Manteve
Obras Municipais	Obras Municipais	Elaboração de projetos	Inadequada previsão de tempos necessários para elaboração do projeto	Gestão	Basear estimativa de tempo em custo obra/mês (P.E.:400.000€/mês) ou, comparando com obras de natureza e custo similar realizadas recentemente; Planeamento das fases de projeto	Alta	Média	Elevado					Risco associado à conjuntura interna e externa, que estando mais estável possibilitou baixar o grau de risco	Média	Média	Médio	Diminuiu
Obras Municipais	Obras Municipais	Elaboração de projetos	Inexistência ou deficiência no programa base que pode originar atrasos no desenvolvimento do projeto e alterações extemporâneas	Gestão	Fixação do programa base no início do trabalho do projeto	Alta	Média	Elevado	Consolidar o cruzamento da informação com os vários intervenientes (utilizadores e administração)	Divisão de Projetos e Promoção de Obras	S		Eficaz	Média	Média	Médio	Diminuiu

Relatório anual 2024												Relatório intercalar 2025						
ÁREA	PROCESSO	Atividades / Objetivos	Identificação dos riscos	Natureza do Risco	Controles Implementados	PO	GC	GR	Medidas de tratamento do risco	Responsabilidade	Implementação da medida (S/P/N)	Justificação/Observações	Avaliação da Eficácia	PO	GC	GR	Evolução	
Obras Municipais	Obras Municipais	Elaboração de projetos	Preço base inadequado	Gestão	Adoção de quadro mapa para formação de preços com base em tempos afetados, áreas e categorias profissionais; Gerenciador de preços CYPE; Adoção da prática de comparação entre os dados fornecidos pelo gerenciador de preços CYPE e os preços de obras recentes	Alta	Média	Elevado					Risco associado à conjuntura interna e externa, que estando mais estável possibilitou baixar o grau de risco	Média	Média	Médio	Diminuiu	
Recursos Humanos	Segurança e saúde no trabalho	Cumprimento das disposições legais dos procedimentos na matéria da segurança e saúde	Reduzida implementação das propostas corretivas dos TSST	Gestão	Identificação de todas as inconformidades e necessidades pela equipe de SST	Média	Alta	Elevado	1 - Elaboração do plano de implementação das medidas corretivas 2 - Afetação de recursos financeiros para implementação de medidas corretivas propostas pelos TSST	Departamento de Recursos Humanos - Divisão de Desenvolvimento Organizacional	P	Foi criada uma comissão de obras com integração de um TSST, de modo a contemplar as medidas corretivas na execução das obras	Medidas com implementação parcial que ainda não permitem atingir a sua eficácia e baixar o grau de risco	Média	Alta	Elevado	Manteve	
Transversais	Atribuição de Subsídios	Apoios a entidades/instituições	Arbitrariedade na atribuição de apoios - Inexistência ou inadequação de referenciais que regulem a atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades	Gestão	Existência de regulamentos que suportam a tomada de decisão na atribuição de apoios	Média	Alta	Elevado	Revisão ou elaboração de regulamentos de atribuição de subsídios ou outros benefícios a entidades	Equipa multidisciplinar monitorizada pelo Departamento Jurídico	P	Trabalho em curso	Atendendo aos atuais referenciais que regulam os critérios de atribuição de apoios, foi revista a P.O, baixando-se o grau de risco	Baixa	Alta	Médio	Diminuiu	